

AS AMBIÇÕES E ESTRATÉGIAS DAS GRANDES POTÊNCIAS NA ÁSIA CENTRAL: O REALISMO DOS ESTADOS UNIDOS

The Goals and Strategies of the Great Powers in Central
Asia: The Realism of the United States

*Paulo Duarte*¹

Introdução

Várias correntes geopolíticas destacam a proeminência da Ásia Central no quadro da geoestratégia e economia mundiais. Autores, como H. Mackinder (2004) ou Z. Brzezinski (1998), salientaram a importância do ‘*Heartland*’ (Balcãs Euroasiáticos), enquanto ‘eixo do mundo’ e espaço geopolítico que confere poder e influência à potência que dele se apropriar.

Nos últimos anos, principalmente devido às descobertas de importantes reservas energéticas na região e aos desenvolvimentos ligados à segurança mundial e regional, várias correntes de pensamento, têm reforçado os pressupostos de Mackinder e Brzezinski (Chow et al, 2010). O próprio debate acerca do conceito de segurança, que emergiu no pós-Guerra Fria veio conferir outras dimensões – ultrapassando a visão estado-cêntrica e anárquica do sistema internacional (defendida por autores como Morgenthau (1978) – à ideia de segurança. Efetivamente, a corrente realista, para a qual a segurança aparecia inseparavelmente ligada à posse e uso das capacidades militares, poder e interesses dos atores estatais, cede progressivamente (Keohane, 2000). Os estudos sobre a segurança, nos anos 90, vieram convertê-la num conceito global (Rodrigues, 2006). Barry Buzan destacou-se nessa corrente que reivindicava uma

¹ Paulo Duarte é doutorando em Relações Internacionais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa – ISCSP-UTL, Portugal, e investigador no Instituto do Oriente. E-mail: duartebrardo@gmail.com.

dimensão mais ampla para o conceito de segurança. Este seria composto, doravante, por uma vertente militar, política, económica (compreendendo a segurança energética) e ambiental (Buzan, 1991). Estava aberto o caminho à securitização do fenómeno energético. Para especialistas como Daniel Yergin (2006) falar em segurança energética pressupunha assegurar uma oferta de energia estável, a preços razoáveis. Outras definições do conceito seriam elaboradas posteriormente, refletindo quer a evolução das várias correntes teóricas, quer os interesses de produtores e consumidores energéticos (Fuerth, 2005). Apesar das múltiplas interpretações do conceito por parte das diferentes correntes teóricas, todas elas convergem quanto ao pressuposto fundamental de que um país deve ter acesso aos seus recursos energéticos de forma permanente, correndo um risco mínimo de que estes se esgotem (Worley, 2006). Ora, ao percorrermos a literatura existente verificamos que a Ásia Central constitui uma alternativa importante na diversificação energética europeia ou russa.

Vários autores argumentam que a riqueza energética da Ásia Central transformou a região numa encruzilhada de tensão entre Estados, de competição entre empresas e atores regionais (Edwards, 2003; Luft e Korin, 2009). Consequentemente, as grandes potências e multinacionais querem estar presentes nesta corrida à energia (Shuja, 2006). O acesso às reservas petrolíferas, a rota dos oleodutos e o debate sobre quem deve construí-los inserem-se nas premissas daquilo a que alguns especialistas chamam ‘Novo Grande Jogo’ (Maley, 1998), ou, antes, o ‘regresso do Grande Jogo’ (Freire, 2010). Este comporta também uma lógica de defesa e segurança militar, e não apenas de competição energética, reforçando o interesse da Ásia Central para as potências regionais e extra-regionais (Kellner, 2002).

Uma breve consideração acerca do realismo. O realismo pode ser concebido como a teoria política do nacionalismo económico: a ideia central é que atividades económicas governamentais devem permanecer subordinadas ao objetivo de construção do Estado (Siitonen, 1990). Baseado em tais postulados, o paradigma realista dominou consideravelmente os debates e a pesquisa em Relações Internacionais, no pós-Guerra, nos Estados Unidos e na Europa (Vasquez, 1983). Na perspetiva realista, a sociedade internacional encontra-se, fundamentalmente, num “estado de anarquia” hobbesiano,

movida pela “busca de poder” (Siitonen, 1990: 20). De facto, como lembra Victor Marques dos Santos, “o realismo político caracteriza uma sociedade internacional essencialmente anárquica, na qual os atores subsistem através da gestão possível de um inevitável ‘estado de natureza’” (2007: 243). De acordo com Stephen Blank, “os atores agem de acordo com os velhos postulados do realismo e da *realpolitik*” (1999: 150). Por outro lado, muitas das medidas que eles tomam, e que visam aumentar a sua influência política, inscrevem-se na própria lógica da economia de mercado. As escolas realista e neorrealista, admitem, portanto, que “a sobrevivência do Estado nacional constitui a finalidade última da governação desenvolvida pelo aparelho do poder”. (...) “Todas as políticas, são definidas como uma ‘luta pelo poder’” (Santos, 2007: 242). Neste sentido, o poder “é concetualizado como um meio e um fim em si mesmo, e o seu significado geral é o da capacidade para influenciar ou alterar o comportamento de outros numa direção desejada, ou alternativamente, a capacidade de resistir a tais influências sobre os comportamentos próprios” (Santos, 2007: 242).

Depois de introduzidos os postulados realistas, bem como a importância geopolítica e económica da Ásia Central, passaremos a desenvolver o nosso argumento central, isto é, o de que as potências externas (os Estados Unidos) demonstram um interesse de carácter fundamentalmente económico (a busca de recursos energéticos) na região, perseguindo políticas de natureza predominantemente realista face a esta.

Em alternativa à observação participante e não participante, técnicas de difícil aplicação ao presente objeto de estudo, recorreu-se à entrevista semiestruturada. Contudo, alguns dos entrevistados na Ásia Central solicitaram o anonimato ou, em alguns casos, pediram para serem citados como especialistas locais. Eles serão nomeados ao longo do presente artigo da seguinte forma: Especialista I, Especialista II, e por aí adiante.

O potencial energético da Ásia Central

Em 1998, “[uma] previsão inicial otimista”, apontava para que “a quantidade comprovada ou recuperável de reservas petrolíferas existentes na região do Cáspio e Ásia Central” fosse de “200 bilhões de barris”, embora “a maioria dos geólogos aceite a

estimativa de 40 a 60 bilhões de barris para a base de reservas da região” (U.S. Congressional Record 1998). Cerca de 15 anos depois da previsão acima mencionada, um relatório especial preparado para a região do Cáspio e Ásia Central, mantém, praticamente, os mesmos números, ou seja, “estima-se que o total das reservas de petróleo, da região, seja superior a 60 bilhões de barris, sendo que algumas previsões apontam, inclusive, para 200 bilhões de barris” (Global Business Reports, 2012: 1). Especialistas como Anuradha M. Chenoy acreditam que “as primeiras estimativas afetas ao potencial energético da região, propositadamente sobrevalorizado, serviam, essencialmente, fins políticos e convinham à penetração dos Estados Unidos no Transcaucaso e na Ásia Central” (2007: 114). No entanto, apesar da ‘instrumentalização’ dos números, para Elaheh Koolae e Masoud Imani-Kalesar, “existe consenso quanto à existência de abundantes reservas de petróleo e gás natural na região do Cáspio” (2010: 86). Segundo estes peritos, “estima-se que o Mar Cáspio contenha dois a quatro por cento das reservas mundiais de hidrocarbonetos”, o que é comparável não às reservas do Golfo Pérsico, mas “ao potencial energético do Mar do Norte” (Koolae e Imani-Kalesar, 2010: 86).

Os recursos energéticos estão concentrados de forma heterogênea na região, sendo o Cazaquistão e o Azerbaijão os Estados com as maiores reservas de petróleo recuperáveis. De acordo com a BP Statistical Review of World Energy (2012), no final de 2010, o Azerbaijão possuía 7 bilhões de barris de reservas comprovadas, representando 0.5% das reservas globais. Por sua vez, o Cazaquistão detinha, no final de 2010, cerca de 30 bilhões de barris de reservas comprovadas (BP Statistical Review of World Energy, 2012). De acordo com um artigo no The Business Year, “o Cazaquistão possui as 11 maiores reservas petrolíferas do mundo, e as segundas maiores a seguir à Rússia, na Comunidade de Estados Independentes”; o país produziu “1.6 milhões de barris de petróleo, por dia, em 2011”, o que faz dele “o 17º maior produtor de petróleo do mundo” (2013: para. 4).

Em 2010, a produção petrolífera na região rondou, em média, os 3 milhões bpd², dos quais cerca de 2.5 milhões foram exportados (BP, 2011). Weiss *et al* informam que tais exportações representam “uma parte importante no comércio de petróleo mundial”, equivalente a “cerca de 10% do total de exportações de combustível líquido”, por parte dos Estados-membros da OPEP (2012: 9). A produção de petróleo e as exportações, a partir do Cáspio, tenderão a crescer substancialmente, isto é, a mais do que duplicar ao longo dos próximos 25 anos, segundo a Agência Internacional de Energia (2011). Para tal, muito contribuirá o aumento significativo, nos próximos anos, da produção petrolífera do campo de Kashagan (localizado no norte do Mar Cáspio), que se acredita ser uma das descobertas [energéticas] mais importantes (em julho de 2000) do mundo, nos últimos 30 anos (The Astana Times, 2011; ENI, 2012). **De acordo com Robert M. Cutler**, “o campo petrolífero *offshore* de Kashagan é, geralmente, classificado como o 5.º ou 6.º maior do mundo, e possui as maiores reservas de qualquer campo petrolífero situado fora do Médio Oriente” (2011: para. 2). As suas reservas estão avaliadas em “38 bilhões de barris”, dos quais se estima que 11 a 13 bilhões sejam recuperáveis” (Cutler, 2011: para. 2). Inicialmente previsto entrar em produção em 2005, esta data tem sido continuamente prorrogada devido a “dificuldades técnicas ligadas à exploração da jazida”, e por causa de “querelas sobre a natureza da participação da KazMunaiGaz” (Cutler, 2011: para. 2).

Além de campos *onshore*, o Cazaquistão dispõe, igualmente, de uma desenvolvida indústria petrolífera *offshore*, no Mar Cáspio. Segundo Arkhipov *et al.*, “cerca de 70% das reservas de petróleo e gás natural cazaques estão concentradas na região ocidental do país, em redor da cidade de Atyrau (com cerca de 154 000 habitantes)” (2010: 16-17). Algumas reservas petrolíferas estão, também, localizadas no sul do Cazaquistão, embora as perspectivas de novas descobertas não sejam muito promissoras. Um teste sísmico realizado no Mar Cáspio, em 1996, revelou que existem cerca de 73 bilhões de barris de petróleo na área cazaque do Mar Cáspio (Luong, 2000). Porém, Waco Worley explica que “esta quantidade é altamente controversa”, uma vez

² Bpd (do inglês *barrels per day*: barris por dia, também dito *bbl/d*).

que “várias estimativas apontam para valores bastante mais baixos, na ordem dos 10 biliões de barris de petróleo” (2006: 21).

Em 2011, o Cazaquistão produziu 80.1 milhões de toneladas de petróleo, tendo as suas exportações petrolíferas registado um aumento de 3.3% em relação a 2010 (Xinhua, 2012). De facto, uma vez que o país possui grande parte da infraestrutura para extrair, refinar e transportar petróleo, tem vindo a fazê-lo a um ritmo bastante superior ao de qualquer outro Estado regional, tendo-se convertido, desta forma, num ator importante no quadro do abastecimento energético mundial (The World FactBook, 2013). Com efeito, Christopher E. Smith informa que “o Cazaquistão possui as segundas maiores reservas petrolíferas e produção entre as antigas Repúblicas soviéticas, a seguir à Rússia, tendo alcançado uma produção de 1.6 milhões de barris diários em 2012” (2012: para.2). A companhia estatal cazaque, KazMunaiGaz, é “a segunda maior produtora de petróleo no Cazaquistão, a seguir ao consórcio designado por “Tengizchevroil”, que foi “a primeira *joint venture* que o Governo cazaque estabeleceu, em 1993, com a Chevron, para extrair e refinar o petróleo no campo de Tengiz” (Kazakhstan Fact Sheet, 2012: 3). Segundo Pauline Luong, “com o sucesso desta *joint venture*, o Governo cazaque tem, desde então, vindo a participar numa série de consórcios com empresas de todo o mundo, tais como: Vito Munay, Hurricane Hydrocarbons, Tractebel, Triton-Vuko Energy Group, Medco Energy Corporation, and Chinese National Petroleum Company” (2000: 89). Tais iniciativas fizeram com que fosse mais fácil para o Governo cazaque construir nova infraestrutura petrolífera, além de terem conduzido a um crescimento económico mais rápido desde 1997 (Country Commercial Guide for U.S. Companies, 2010).

Segundo Kimberly Marten, “uma parte significativa do petróleo cazaque e russo, é relativamente cara e tecnicamente difícil de extrair (2007: 23-24). As suas reservas estão, fundamentalmente, concentradas a uma grande profundidade *onshore* (contrariamente, por exemplo, aos campos de petróleo da Arábia Saudita, situados à superfície), o que requer equipamentos especiais para a sua exploração (Marten, 2007: 24). As reservas *offshore*, no Mar Cáspio, deparam-se com um conjunto de problemas específicos, uma vez que os campos mais promissores estão localizados em águas pouco

profundas e frágeis do ponto de vista ambiental que, por vezes, congelam (Marten, 2007: 24). Por outro lado, “muitas das jazidas petrolíferas cazaques, e dos oleodutos que as ligam aos mercados, são fustigados por uma atividade sísmica frequente, bem como por condições climáticas extremas” (Marten, 2007: 24). As jazidas mais importantes distam significativamente dos centros logísticos e populacionais, o que requer a construção de “longos oleodutos”, e gera, inclusive, “dificuldades de vária ordem, não só ao nível da entrega de equipamentos e manutenção, como do aprovisionamento básico da força de trabalho do campo petrolífero” (Marten, 2007: 24).

Nem o Quirguistão, nem o Tajiquistão possuem reservas de petróleo consideráveis. Enquanto o Tajiquistão dispõe de reservas comprovadas de “12 milhões de barris de petróleo”, a maioria das quais localizadas “no norte do país, na região Leninobod Soghd”, o Quirguistão, por sua vez, terá, atualmente, segundo o Global Security, “40 milhões de barris de reservas petrolíferas comprovadas” (2013: para.5). Além disso, as infraestruturas energéticas do Tajiquistão e Quirguistão são extremamente limitadas (Pantucci e Patersen, 2012). Existem poucas refinarias para processar o petróleo, e são várias as dificuldades associadas ao seu transporte até ao mercado tajique, fruto da Guerra Civil de 1992 a 1997 (Trilling, 2012). Por outro lado, importa referir que o relevo montanhoso do Tajiquistão dificulta a extração do petróleo (tal aplica-se, também, ao caso do Quirguistão).

Por conseguinte, devido a estas dificuldades, quer o Tajiquistão, quer o Quirguistão são claros importadores de petróleo, o que explica, em grande parte, que ambos sejam países relativamente desinteressantes, do ponto de vista do investimento estrangeiro, para a China, bem como para outras potências externas (BBC News Asia, 2012). No caso do Tajiquistão, por exemplo, Raffaello Pantucci e Alexandros Petersen sublinham que “os poucos recursos naturais e as cadeias montanhosas que dificultam o trânsito [de pessoas e mercadorias]” contribuem para que o país seja “o menos atrativo das Repúblicas centro-asiáticas” para os investidores chineses (2012: para.1). Em ambos os países (Quirguistão e Tajiquistão), a indústria petrolífera é detida pelo Estado. Contudo, apesar de as suas reservas de petróleo e gás natural serem insignificantes,

estas são, ainda assim, “importantes para a infraestrutura energética” - entendida numa “perspetiva geral” - da região (Feld, 2002).

Importa, todavia, fazer, aqui, uma breve ressalva a propósito do Tajiquistão. Com efeito, segundo Christian Melis (2012), especialista da OSCE em assuntos hídricos e energéticos, “são fortes os indícios sobre a possível existência de vastas reservas de petróleo e gás natural na região sul do Tajiquistão, perto da fronteira com o Afeganistão”. Como refere Fozil Mashrab, num artigo no Asia Times, “em meados de julho [de 2012], a Tethys Petroleum, que tem vindo a prospetar petróleo e gás natural no Tajiquistão, Uzbequistão e Cazaquistão, atualizou as suas estimativas para as reservas de petróleo e de gás natural no âmbito do contrato de partilha de produção na área de Bokhtar, no Tajiquistão, para 27.5 biliões de barris equivalentes de petróleo³, de recursos recuperáveis, consistindo em aproximadamente 3 triliões de metros cúbicos de gás natural e 8.5 biliões de barris de petróleo” (2012: para. 3). A confirmar-se esta prospeção, trata-se, como explica Christian Melis (2012), de uma das maiores reservas do mundo, como demonstraram as análises sísmicas levadas a cabo Tethys Petroleum”. Segundo Aygul Hanova (2012), a descoberta de mais petróleo, que ultrapassa as reservas petrolíferas da Noruega, contribui para colocar o Tajiquistão na dianteira do Cazaquistão, o qual tem, até ao presente, sido o país líder na Ásia Central, em termos de reservas petrolíferas.

Embora para Christian Melis (2012), a descoberta de petróleo seja um facto “99% seguro”, apenas resta saber, “se a [sua] exploração é técnica e economicamente viável”, uma vez que, à data da escrita da presente dissertação, “os especialistas não estão certos da profundidade a que se encontram estas reservas”. Por outro lado, como informa Aygul Hanova (2012), o clima de insegurança em que o país vive não oferece qualquer certeza face ao desenvolvimento do setor petrolífero tajique. Além disso, note-se que a localização de Bokhtar na bacia do Amudarya, partilhada pelo Tajiquistão, Uzbequistão e Afeganistão, constitui mais um fator suscetível de agravar as dificuldades

³ O Barril equivalente de petróleo é uma unidade de medição de consumo de energia equivalente a $6,383 \times 10^9$ J, $1,45 \times 10^9$ cal, $1,68 \times 10^3$ kWh ou 0,14 TEP.

de extração do petróleo e do gás natural que presumivelmente aí se encontram (Hanova, 2012).

Se a exploração das reservas de Bokhtar for viável, Christian Melis (2012) acredita que o Tajiquistão - “República com escassas reservas de petróleo” - poderá transformar-se num dos “principais países mundiais relativamente à produção de petróleo e gás natural *per capita*”. Por outro lado, tal facto “é suscetível de adiar, ainda mais, o debate sobre a construção de Rogun”, visto que se se demonstrar que a extração do petróleo e gás de Bokhtar é exequível, Christian Melis (2012) prevê que “a construção da central hidroelétrica de Rogun possa deixar de constituir uma prioridade para o Tajiquistão”, que a encara como a sua “única esperança”. Até à data da escrita da presente dissertação, “o Governo tajique ainda não confirmou a descoberta”, uma vez que aguarda que a companhia canadiana “conclua se é possível extrair este petróleo e gás natural” (Melis, 2012). Se tal for viável, o acordo de concessão assinado entre a Tethys Petroleum (2008) e o Tajiquistão estabelece que o Governo tajique venha a receber 30% de lucro, destinando-se os restantes 70% à companhia privada canadiana.

A produção petrolífera do Turquemenistão e Uzbequistão é relativamente insignificante, com tendência para continuar a suprir as necessidades domésticas destes países. Segundo estimativas da U.S. Energy Information Administration, em 2012 “o Uzbequistão possuía 594 milhões de barris de reservas petrolíferas comprovadas, 171 campos de petróleo e gás natural descobertos, dos quais 51 produzem petróleo, e 17 gás natural” (2012: 1). Por sua vez, quanto ao Turquemenistão, a U.S. Energy Information Administration informa que este permanece “um pequeno exportador de petróleo”, sendo que em janeiro de 2012, o país possuía “reservas petrolíferas comprovadas de cerca de 600 milhões de barris” (2012: 1). A maioria das jazidas de petróleo turquemenas localizam-se no sul da bacia do Cáspio, e na área *onshore* de Garashyzyk, a oeste do país (The Encyclopedia of Earth, 2008). No Turquemenistão, o setor petrolífero depara-se com dois obstáculos importantes. Em primeiro lugar, à semelhança do que se verifica no abastecimento de gás natural, o aprovisionamento petrolífero carece de investimento externo devido ao isolamento do país, ao longo da última década, e à conseqüente debilidade da infraestrutura. De facto, segundo Jim Nichol, “a

infraestrutura física tem sido alvo de corrosão (...); e os setores da eletricidade e dos transportes apresentam um nível de serviço cada vez mais debilitado” (2012: 6). Em segundo lugar, como refere Morgan Davis, “a maior parte do petróleo turquemeniano está concentrado quer nas margens, quer no fundo das águas disputadas do Mar Cáspio” (2011: 438). Ora, “o contínuo debate sobre se este é, em termos de lei internacional, um mar ou um lago, faz com que, na prática, seja difícil para o Turquemenistão, e para qualquer investidor externo, explorar o petróleo existente no Cáspio” (Davis, 2011: 438).

Em outubro de 2011, o Cazaquistão havia contabilizado mais de 40 jazidas de petróleo e gás natural como sendo de importância estratégica, dos quais se destacam Kashagan, Tengiz e Karachaganak (TengriNews, 2012). Com efeito, estas três jazidas são o principal alvo de investimentos (U.S. Energy Information Administration, 2012). Como sublinha Luba Azarch, “desde 2006 que o petróleo cazaque tem fluído em todas as direções – para Norte, através do oleoduto Atyrau-Samara para a rede de distribuição russa (aproximadamente 480 000 barris diários); para Ocidente, através do Caspian Pipeline Consortium (cerca de 620 000 barris diários) para o porto russo de Novorossiysk; para Sul, através de um *swap deal* com o Irão; e para a China, através do oleoduto Atasu-Alashankou (cerca de 85 000 barris diários)” (2009: 57). Porém, no que concerne ao oleoduto sino-cazaque, por exemplo, Andrew S. Erickson e Gabriel B. Collins constatarem que “a produção petrolífera cazaque ainda não é suficiente para encher completamente o oleoduto” (2010: 94). Por outro lado, os oleodutos maiores e mais antigos operam, praticamente, no limite das suas capacidades. No caso do Caspian Pipeline Consortium, Jake Rudnitsky (2013) estima que este atingirá a sua capacidade máxima por volta de 2015.

No que respeita ao envolvimento externo no setor petrolífero cazaque, este caracteriza-se pela interação de vários atores. As companhias norte-americanas e da Europa Ocidental são líderes no setor *upstream* do Cazaquistão - a Chevron, por exemplo, detém, a título individual, uma participação de 50% em Tengiz, que é o campo petrolífero mundial situado a maior profundidade - a cerca de 3657 metros (Chevron, 2012). Contudo, o papel da Rússia e da China não deve ser menosprezado. Com efeito,

segundo Josh Peterson, “é provável que a China National Petroleum Company (CNPC) e, em menor grau, outras companhias energéticas estatais chinesas, tendam a reforçar os seus investimentos e operações no mercado de hidrocarbonetos cazaque, ao longo dos próximos cinco a 10 anos” (Statoil, 2013: para.5). Por fim, “as companhias petrolíferas internacionais Shell e Lukoil são suscetíveis de aumentar as suas operações *upstream* no Cazaquistão, embora em muito menor grau que a Kazmunaigaz e a CNPC” (Statoil, 2013: para.1).

Devido ao seu papel dominante na rede regional de oleodutos (e, simultaneamente, de gasodutos), Moscovo encontra-se numa posição vantajada para exercer influência na região. Segundo Ruoxi Du “é amplamente reconhecido que o ressurgimento económico da Rússia, sob a presidência de Vladimir Putin (2000-2008), foi, em grande parte, estimulado pelo aumento dos preços do petróleo” (2011: 7). Neste caso, “o controlo das exportações de petróleo cazaque é suscetível de preservar o monopólio da Rússia no mercado regional de petróleo” (Ruoxi Du, 2011: 7). Um tal domínio é tão ou mais importante na medida em que o petróleo cazaque apresenta uma qualidade superior relativamente ao petróleo siberiano, o que o torna ainda mais rentável face a este. Além disso, voltando a Ruoxi Du, “o monopólio sobre as rotas de exportação do gás natural centro-asiático é suscetível de fortalecer a posição de negociação da Rússia, permitindo-lhe alcançar preços de importação mais baixos, bem como preços mais altos para a reexportação” (2011: 7). Por outro lado, “o petróleo e gás natural provenientes da Ásia Central poderão contribuir para satisfazer a crescente procura de energia doméstica na Rússia”, conferindo a Moscovo mais margem para regular os preços da energia doméstica” (Ruoxi Du, 2011: 7).

A russa Transneft possui uma participação maioritária no Caspian Pipeline Consortium “(24%)” - responsável por mais de metade das exportações do Cazaquistão - operando, além disso, o oleoduto Atyrau-Samara, através do qual um quarto das exportações do Cazaquistão é escoada (Marketos, 2009: 5). Por conseguinte, como informa John Lough, “em resultado da sua posição preeminente, enquanto ‘*guardiã*’ [da infraestrutura logística energética], a Rússia controla cerca de 80% das exportações petrolíferas cazaques”, algo que não é, necessariamente, benéfico para Astana (2009: 7-

8). De acordo com Luba Azarch, “a Transneft, por exemplo, recusa-se a reforçar o volume de petróleo transportado pelo Caspian Pipeline Consortium, a menos que as tarifas de trânsito deste sejam aumentadas e a dívida do consórcio reestruturada” (2009: 58). A Rússia procura, assim, consolidar a sua posição dominante no que respeita ao transporte inter-regional, bem como no domínio da produção e exportação petrolíferas do Cazaquistão (Rousseau, 2011). Convém, no entanto, recordar que “se na era soviética todos os oleodutos tinham por destino o Norte (ou seja, a Rússia), por sua vez, na era pós-soviética têm vindo a ser construídos novos oleodutos, e planeadas novas rotas” (Coburn, 2010: 19). Unidos do apoio europeu, “os Estados Unidos têm promovido uma tal diversificação, suscetível de quebrar o monopólio russo” (Coburn, 2010: 19).

A China, por sua vez, tem sido um interveniente dinâmico no setor petrolífero cazaque desde 1997, investindo nas jazidas de petróleo e nos oleodutos. Como notam Yevgeniya Korniyenko e Toshiaki Sakatsume, “as multinacionais chinesas têm-se mostrado ativas na região, ao longo dos últimos anos, num determinado conjunto de países, incluindo o Cazaquistão, a Mongólia, a Roménia e a Rússia” (2009: 12). Segundo Luba Azarch, “tendo aparecido tardiamente no mercado de hidrocarbonetos cazaque, num momento em que as portas para os grandes consórcios se haviam fechado, a China foi confrontada com a necessidade de investir em jazidas petrolíferas de menor capacidade e mais distantes” (2009: 58). Não obstante, por ora, as companhias chinesas controlam “cerca de um quarto da produção de petróleo cazaque” (Reuteurs, 2011). Como indica Azarch, “a ideia de um oleoduto sino-cazaque, em discussão desde 1997”, foi, porém, concretizada “apenas depois da descoberta do gigante Kashagan em 2002”, uma vez que “Astana necessitava, urgentemente, de mais um consumidor”, e, por outro lado, “a China pretendia certificar-se de que o Cazaquistão dispunha de quantidades de petróleo suficientes, que justificassem a construção do oleoduto projetado” (2009: 58-59).

Segundo o Global Business Reports, a região do Cáspio possui “reservas comprovadas de gás natural de mais de 6 triliões de metros cúbicos”, a maior parte das quais detidas pelo Turquemenistão e Uzbequistão (2012: 1). Por outro lado, a Rússia é

um ator fundamental no que respeita ao setor do gás natural centro-asiático, sendo que “ao importar este recurso da região, Moscovo pode protelar a sua própria (e mais dispendiosa) produção de gás em Yamal e nos mares de Barents e de Kara, sem sofrer perdas nas exportações e no consumo” (Azarch, 2009: 61).

De acordo com a Energy Information Administration, “o Turquemenistão está, atualmente, posicionado entre os seis países detentores das maiores reservas de gás natural do mundo, e entre os 20 maiores Estados produtores de gás natural do mundo”, possuindo “reservas de aproximadamente 7 triliões de metros cúbicos em 2012, um aumento considerável face a cerca de 2 triliões de metros cúbicos, em 2009” (Country Analysis Briefs - Turkmenistan, 2012: 4). Segundo Vladimir Socor (2012), o Turquemenistão produziu 59.5 biliões de metros cúbicos (bmc) de gás natural em 2011 - uma pequena fração de um vasto potencial ainda por explorar - sendo que as exportações de gás turquemeniano, nesse ano, foram de 10 bmc para a Rússia, outros 10 bmc para o Irão e 14 bmc para a China.

O Turquemenistão tem vindo a tornar-se, cada vez mais, o foco dos investidores internacionais, nomeadamente “desde a confirmação, por parte da consultora energética Gaffney, Cline & Associates, de que as reservas de gás natural turquemenianas podem, na verdade, estar classificadas entre as cinco mais importantes do mundo” (Downs, 2011: 76). O gigante South Yolotan-Osman, localizado no sudeste do Turquemenistão, detém, só a título individual (isto é, sem se tomar, aqui, em consideração as outras jazidas do país), entre 4 a 14 triliões de metros cúbicos de gás natural (Chazan, 2008). Além disso, existem várias jazidas nas bacias do Amu Darya, do Murgab e do sul do Cáspio (Pannier, 2008). As duas principais jazidas de gás natural são o Dauletabad e o Shatlyk (CIA World Factbook, 2013).

A infraestrutura de transporte energético existente no país está, fundamentalmente, direcionada para a Rússia, fruto do legado de mais de um século de ligações, primeiro à Rússia czarista e, posteriormente, à União Soviética. O falecimento de Niyazov, em dezembro de 2006, alimentou uma certa esperança de que o Turquemenistão abrisse o seu setor energético ao mercado internacional (Daly, 2008). Naturalmente, os grandes atores, isto é, “os Estados Unidos, a União Europeia e a

Rússia querem adiantar-se enquanto parece haver sinais de uma certa abertura” (Chivers, 2007: para.6). Os três maiores investidores, que têm celebrado vários acordos energéticos com o Turquemenistão, desde a sua independência, são a russa Gazprom, a argentina Bidas, e a norte-americana Unocal (WorldPress.org, 2010).

Quanto ao Uzbequistão, o país é um dos maiores produtores de gás natural da Comunidade de Estados Independentes, “com cerca de 1,8 triliões de metros cúbicos de reservas comprovadas de gás natural em 2012”, o que faz dele “o terceiro maior produtor de gás da Comunidade de Estados Independentes e um dos 10 maiores a nível mundial” (Energy Information Administration, 2012: 4). Embora as suas reservas de petróleo não sejam consideráveis - o *The Oil and Gas Journal* (2013) estima que o Uzbequistão possuía 594 milhões de barris de reservas comprovadas de petróleo em 2012 - o país é, contudo, rico em gás natural e dotado de uma posição geográfica propícia ao trânsito de energia para a China ou para o sudeste asiático. Por outro lado, segundo Michael Denison, “existem promissoras reservas energéticas na bacia do Mar de Aral e no planalto do Ustyurt, no Uzbequistão ocidental, que podem ser facilmente conetadas à infraestrutura, mais ampla, de trânsito regional” (2009: 8). De acordo com a Energy Information Administration, “o Uzbequistão produz gás natural a partir de 52 jazidas”, sendo que 12 delas são responsáveis por “mais de 95% da produção de gás do país” (Eshchanov, 2006: 12). Estes depósitos estão concentrados na margem uzbeque da bacia do rio Amu Darya, na região sudeste e no planalto central do Ustyurt, próximo do Mar de Aral, na zona ocidental do país (Energy Information Administration, 2012).

Já o Cazaquistão, onde, como refere o *The Business Year* (2013), existem cerca de 2 triliões de metros cúbicos de reservas de gás natural (as 14 maiores do mundo), é o 27º maior produtor mundial de gás natural, tendo produzido 1.3 bmc em 2010. De acordo com a AzerNews (2013), a produção de gás natural, em 2012, no Cazaquistão, aumentou 1.5% face a 2011, o equivalente a 40.1 biliões de metros cúbicos. Segundo o GObserver, “o Cazaquistão é um importante país de trânsito, no âmbito das exportações de gás natural, a partir do Uzbequistão e do Turquemenistão, para a Rússia e para a China” (2011: para. 7). A maior parte das reservas de gás natural cazaques situa-se na região ocidental do país, sobretudo no campo de Karachaganak, que se

estima possuir “reservas comprovadas de aproximadamente 1 trilhão de metros cúbicos” (GObserver, 2011: para. 1).

De acordo com a Global Security, “o Quirguistão possui cerca de 5.6 bilhões de metros cúbicos de reservas de gás natural, embora estas sejam tecnicamente difíceis de explorar” (2013: para. 3). Atualmente, “o Quirguistão não dispõe de infraestrutura nem de capital financeiro para aumentar a exploração das suas reservas de gás natural, sendo que o país importa a maior parte do gás que consome do Uzbequistão” (Global Security, 2013: para. 4). Esta relação comercial tem sido difícil para ambos os países, tendo em conta que “o Quirguistão se atrasa, com frequência, no pagamento” e, por conseguinte, “o Uzbequistão interrompe o fornecimento de gás natural aos quirguizes”, o que causa “sérios problemas no inverno”, já que “o gás natural é utilizado quer para o aquecimento, quer para a produção de eletricidade” (Global Security, 2013: para. 4).

Por fim, estima-se que o Tajiquistão possua, à semelhança do Quirguistão, “também 5.6 bilhões de metros cúbicos de reservas de gás natural” (Global Security, 2013: para. 6). Em 2000, “o Tajiquistão iniciou operações no campo de Khoja Sartz, na região de Khatlon, e intensificou a exploração da jazida de Qizil Tumshuq no distrito de Kolkhozobod” (Global Security, 2013: para. 6). No entanto, uma vez que a sua produção doméstica de gás natural é escassa, “o Quirguistão importa aproximadamente 95% do gás que consome” (Global Security, 2013: para. 9).

Os objetivos dos Estados Unidos

Na sequência do colapso da União Soviética, “os Estados Unidos reconheceram a independência de todas as Repúblicas centro-asiáticas e estabeleceram relações diplomáticas com cada uma delas, em meados de março de 1992” (Nichol, 2003: 3). Seguiram-se os interesses comerciais, bem como a adesão a instituições internacionais e organizações não-governamentais (Nichol, 2003: 3). Perante uma nova conjuntura que se ia desenhando, gradualmente, na região, “os principais objetivos da política dos Estados Unidos face à Ásia Central, englobavam a promoção da estabilidade, da democratização, das economias de livre mercado, a desnuclearização, e a adesão a padrões internacionais de direitos humanos” (Nichol, 2003).

Segundo Emerson *et al*, “os Estados Unidos financiaram programas de desenvolvimento e de apoio à sociedade civil, assim como de auxílio à transição para uma economia de mercado” (2010: 43). A par do auxílio económico, mas também político e social, Washington disponibilizou, também, assistência militar, fomentando “programas de intercâmbio entre militares norte-americanos e centro-asiáticos”, com o objetivo de “profissionalizar estas forças que haviam sido, outrora, treinadas segundo o modelo soviético” (Giragosian, 2004: 47). Os Estados Unidos pretendiam assim melhorar as capacidades militares das Repúblicas centro-asiáticas no combate ao crime transnacional, na gestão do controlo fronteiriço ou até mesmo, na limitação dos abusos de que os militares soviéticos eram frequentemente acusados, entre outros aspetos (Giragosian, 2004: 47). O apoio de Washington a estas Repúblicas engloba, por conseguinte, um conjunto variado de utensílios (militares, políticos e económicos) que devem ser entendidos como complementares e, simultaneamente, componentes de uma estratégia global face aos novos desafios que emergiram na região (Oresman, 2008).

De acordo com Zehra Akbar, o colapso da União Soviética conduziu a “um vazio de poder na região”, vazio esse que poderia convir aos interesses estratégicos de Washington (2012: para. 9). De entre os especialistas que alertaram para este facto, destaquemos H. Kissinger, para quem “o controlo, por parte de uma única potência, de qualquer uma das duas principais esferas eurasiáticas - Europa ou Ásia - representa um perigo estratégico para os Estados Unidos... Uma vez que tal estrutura teria a capacidade de ultrapassar os Estados Unidos a nível económico, e, no fim, militar. Uma tal ameaça tem de ser combatida, ainda que a potência dominante seja aparentemente benévola...” (1994: 813).

Também Zbigniew Brzezinski chamou a atenção para a importância geoestratégica da Ásia Central, tendo sido inspirado pelos pressupostos enunciados por Halford Mackinder (a que aludimos no capítulo II). No sentido de impedir a emergência de uma potência rival e de evitar, por outro lado, que o planeta mergulhasse numa espécie de anarquia global, Brzezinski recomendaria a seguinte estratégia (1997: 198):

“A médio prazo (os próximos cinco anos, aproximadamente) é do interesse dos Estados Unidos consolidar e perpetuar o pluralismo geopolítico predominante no mapa da Eurásia. Tal visa impedir a

emergência de uma coligação hostil que possa, eventualmente, vir a desafiar a hegemonia norte-americana, já para não considerar a possibilidade remota de um qualquer Estado, a nível individual, procurar vir a fazê-lo. A médio prazo (até 20 anos, aproximadamente), os Estados Unidos devem, gradualmente, revelam-se mais propensos a aceitar a emergência de parceiros cada vez mais importantes, mas estrategicamente compatíveis, os quais, impulsionados pela liderança norte-americana, podem contribuir para trazer mais cooperação ao sistema de segurança trans-urasiático...”.

Uma vez que a Eurásia não constitui, de todo, um bloco homogêneo, Brzezinski optou por dividi-la em quatro espaços regionais, para melhor tecer recomendações à estratégia de Washington. Dos quatro espaços, “o sul é uma região politicamente anárquica, mas rica em energia, e potencialmente importante para os Estados eurasiáticos ocidentais e orientais” (Brzezinski, 1997: 19). Se, como afirma Brzezinski, “o espaço médio (Rússia) poderá ser atraído para a esfera de influência norte-americana (Europa), se a região meridional (sul do Cáucaso, Ásia Central, Médio Oriente, a faixa que se estende desde a Turquia até à Índia, o que equivale praticamente à totalidade da região do Mar Cáspio) não estiver sujeita ao domínio de uma única potência, e se o Oriente (China, Japão, ambas as Coreias) não estiver unido, os Estados Unidos pode-se dizer, então, que os Estados Unidos tenderão a prevalecer” (1997: 34-35).

As recomendações de Brzezinski e de Kissinger, assim como de outros especialistas, a propósito da Ásia Central, foram fundamentais para ajudar as várias Administrações norte-americanas a tomar consciência da relevância do xadrez centro-asiático. Aliás, a receptividade por parte dos responsáveis políticos norte-americanos face a tais sugestões tem sido, na prática, bastante positiva (Kissinger, 1994; Brzezinski, 1998). Em 1993, comentando a estratégia da Administração Clinton em relação ao Médio Oriente, Martin Indyk (*especialista do Washington Institute*), *constatava que* “embora na periferia do Médio Oriente, as recém-independentes Repúblicas centro-asiáticas necessitam de ser tidas em conta na nossa [dos Estados Unidos] estratégia face à região” (Indyk, 1993). A Administração Clinton, por exemplo, foi bastante ativa a este respeito, incentivando a construção de vários oleodutos e gasodutos, de forma a “quebrar o monopólio regional russo [sobre estas infraestruturas] e reduzir a influência económica e política [de Moscovo] na região” (Clinton, 2012: 5). Contudo, seria redutor

afirmar que o principal interesse norte-americano consistia em incentivar à construção de infraestruturas energéticas na Ásia Central. Em bom rigor, a percepção em Washington era a de que tais oleodutos e gasodutos serviriam para estabelecer um contexto político-económico suscetível de reforçar a cooperação e a estabilidade, bem como estimular a realização de reformas durante as décadas vindouras (Mammadov, 2009).

Também a Administração Bush reconheceu a prioridade que a Ásia Central deveria ocupar no debate sobre a segurança energética norte-americana. Daniel Fried, Secretário de Estado Adjunto para os Assuntos Europeus e Eurasiáticos, declarou, em 2005, ao Congresso norte-americano, que a segurança, a energia e a cooperação económica regional são os objetivos da política externa dos Estados Unidos na Ásia Central (The DISAM Journal, 2006). Refira-se que na sequência dos ataques terroristas do 11 de setembro, “os remotos países da Ásia Central se converteram num importante teatro de operações militares para os Estados Unidos” (Chi-Lin Yang, 2008: 334). Por outro lado, importa ter presente que quer o Presidente George W. Bush, quer o vice-Presidente Dick Cheney eram particularmente sensíveis à temática energética, em grande parte, devido à sua (forte) ligação ao setor petrolífero (Chi-Lin Yang, 2008). A este respeito, Samantha Grossman explica que “Dick Cheney partilha o gosto de Bush pelo grande Oeste americano, relações calorosas com a indústria petrolífera, e uma filosofia conservadora idêntica” (2012: para. 1).

Em maio de 2001, no *National Energy Policy Report* que havia sido entregue ao Presidente George W. Bush, era claramente valorizada a importância da Ásia Central (não obstante o Médio Oriente continuar a ser visto como a peça, por excelência, no xadrez energético) enquanto nova área de aprovisionamento energético, capaz de atenuar as consequências de uma interrupção no abastecimento dos mercados internacionais (U.S. Department of Energy, 2001). O National Energy Policy Development Group, que havia preparado o relatório acima mencionado, aconselhou o Governo norte-americano a apoiar a construção do oleoduto Baku–Tbilisi–Ceyhan, o qual ofereceria uma outra via para a exportação de petróleo cazaque. Por outro lado, o Governo era ainda incentivado a intensificar o diálogo comercial com o Azerbaijão, o

Cazaquistão, bem como outros países da região, de modo a favorecer a emergência de um ambiente estável e transparente para a concretização de projetos de âmbito energético (U.S. Department of Energy, 2001). Em suma, a temática da segurança energética assumia, de forma gradual, uma dimensão extraordinariamente relevante na estratégia de Washington, na qual a Ásia Central aparecia como um fenómeno relativamente recente e merecedor de uma atenção considerável (U.S. Department of Energy, 2001).

No início do novo milénio, autores como Jason J. Churchill, alertavam para o facto de “desde 1990”, as reservas petrolíferas dos Estados Unidos terem caído “cerca de 20%” (Oil Consumption in North America, 2000). Isto explica que a diferença entre o consumo e a produção energética do país tenha vindo a ser progressivamente substituída pelo recurso à importação de petróleo, embora um estudo levado a cabo pela Agência Internacional de Energia (AIE) preveja uma mudança radical na tendência até aqui verificada. De facto, segundo a AIE, “por volta de 2020”, estima-se que os Estados Unidos se tornem “o maior produtor de petróleo do mundo (ultrapassando a Arábia Saudita)”, e comecem a sentir o impacto de “novas medidas de eficiência de combustível no transporte” (2012: 1). Esta tendência acelera a mudança de direção do comércio internacional de petróleo em direção à Ásia, colocando o foco na segurança das rotas estratégicas que conduzem o petróleo do Médio Oriente até aos mercados asiáticos.

Enquanto a Administração Clinton sublinhava a “importância de uma política ativa na Ásia Central”, o plano de energia da Administração Bush alertava, por sua vez, para a necessidade de se dedicar “muito mais esforço de forma a garantir um abastecimento externo adicional de energia”, referindo-se, explicitamente, à bacia do Mar Cáspio (Klare, 2002: 100). Contudo, ao início, como refere Edward Chow (2011), “a importância da Ásia Central para Washington era, sobretudo, geoestratégica e não tanto energética”. É necessário, segundo este autor, recuarmos até ao período das ‘independências’, resultante do colapso da União Soviética (Chow, 2011). Chow (2011) reconhece que era do interesse dos Estados Unidos que as Repúblicas da região conservassem a sua independência. Contudo, para se ser politicamente independente, é

fundamental dispor-se de certos recursos económicos. Ora, “o petróleo e o gás natural eram uns dos poucos bens que as Repúblicas centro-asiáticas possuíam (que o resto do mundo cobiçava), e que lhes concedia o à-vontade económico para sustentarem a tal independência política recente” (Chow, 2011). Portanto, era assim, no entendimento de Edward Chow (2011), que os interesses dos Estados Unidos se manifestavam nos anos 90. Chow (2011) faz uma ressalva, admitindo que “as empresas norte-americanas estavam, naturalmente, interessadas em explorar campos petrolíferos outrora não acessíveis a elas”. Porém, como o autor acrescenta, “isso verificava-se não só no caso das empresas petrolíferas norte-americanas, como para as outras companhias petrolíferas espalhadas pelo mundo, que não se preocupavam demasiado com o que era a Ásia Central, ou África, ou a América do Sul: elas mostravam-se, ao invés, mais interessadas em explorar os recursos energéticos onde quer que estes existissem” (Chow, 2011).

Com a queda da União Soviética, os Estados Unidos teriam, de ora em diante, uma oportunidade para reforçar a sua segurança energética e os seus interesses comerciais, sendo que durante a era soviética, as Repúblicas centro-asiáticas haviam permanecido fechadas ao investimento externo (Chi-Lin Yang, 2008; Shishkin, 2012). Num contexto em que os próprios líderes centro-asiáticos incentivavam as empresas estrangeiras a investir nos seus países, de forma a obterem lucros e a fortalecerem a sua recente independência face à Rússia, os Estados Unidos compreenderam que não poderiam desperdiçar a ocasião, e que os mercados petrolíferos emergentes na Ásia Central (Cazaquistão e Turquemenistão, por exemplo), poderiam ajudá-los a diminuir a sua dependência energética [face ao Médio Oriente]” (Shah, 2009: 37). Como refere Lowell Dittmer (2007), de forma a não entrar em conflito com os interesses europeus, a procura de recursos energéticos, por parte de Washington, enquadrava-se bem no princípio - bastante honrado na época - de que nenhuma potência deveria monopolizar os recursos regionais. Daí que, segundo este autor, os Estados Unidos apoiassem a construção de vários oleodutos e gasodutos na região (Dittmer, 2007).

Alguns especialistas, de entre os quais salientemos Gökay e Fouskas, defendem que “a penetração e consolidação da presença norte-americana na Eurásia está

diretamente relacionada com a vontade de impedir quaisquer competidores reais, ou potenciais, de desafiar a hegemonia de Washington no mundo” (2005: 29). Neste sentido, os autores argumentam ser expeável que os Estados Unidos procurem estabelecer “novas esferas de influência, de forma a eliminar quaisquer obstáculos que possam atentar contra o seu poder imperial” (Gökay e Fouskas, 2005: 29). Esta lógica não é, aliás, alheia ao postulado da ‘*Grand Strategy*’. Segundo Paul Kennedy, “uma verdadeira *Grande Estratégia* está tão ou mais relacionada com os tempos de paz do que com os de guerra”; tal estratégia diz respeito “à evolução e integração de políticas que devem vigorar durante décadas, ou mesmo séculos”; ela “não cessa com o fim da guerra, nem tem início com o despoletar desta” (1991: 168). Resumindo, Kennedy explica que “a *Grande Estratégia* corresponde a uma síntese das estratégias adotadas em tempos de guerra e de paz, as quais, ainda que distintas, se entrelaçam de muitas formas para servir a *Grande Estratégia*” (1991: 168). O apoio político à concretização do (dispendioso) oleoduto *Baku–Tbilisi–Ceyhan* serve de exemplo a uma estratégia de tempo de paz, enquanto as guerras do Afeganistão e do Iraque são elucidativas de uma estratégia em tempo de guerra. Nesta ótica, e segundo Emre Iseri, “as duas estratégias, embora distintas, são complementares, na medida em que servem a *Grande Estratégia* dos Estados Unidos neste novo século” (2009: 44).

Para Andrew J. Bacevich, Washington está, essencialmente, interessado em “estabelecer uma ordem global segura, num contexto que possibilite aos modos capitalistas de produção - controlados pelos Estados Unidos - florescer nos vários pontos do planeta, sem serem sujeitos a quaisquer interrupções” (2002: 6). É, seguramente, o caso do comércio de petróleo. Como refere Leon Fuerth, “a ‘Grande Estratégia’ dos Estados Unidos pressupõe que estes nunca percam a capacidade de responder, de forma eficaz, a uma qualquer ameaça às suas importações de petróleo” (2005: 411). Com efeito, a segurança do aprovisionamento energético é considerada uma questão vital no quadro dos interesses norte-americanos, já que para continuarem a ser uma superpotência, os Estados Unidos dependem, entre outros aspetos, do livre acesso às fontes energéticas (Grossman *et al*, 2012). Como sublinha Simon Bromley, “uma vez que os Estados Unidos importam recursos energéticos dos mercados

internacionais, qualquer ameaça séria a estes constitui um claro perigo aos interesses norte-americanos” (2005: 254).

Note-se que esta tomada de consciência, por parte da classe política norte-americana, acerca da importância da segurança energética, não é recente. Na verdade, o perigo da crescente dependência dos Estados Unidos face ao petróleo proveniente de países com regimes instáveis tem-se revelado uma preocupação constante dos vários Presidentes norte-americanos, desde o tempo de Richard Nixon (Bush, 2006; Nixon, 1973; Carter, 1979). De acordo com a doutrina Carter, introduzida pelo Presidente Jimmy Carter depois das crises petrolíferas dos anos 70, “qualquer esforço, por parte de um poder hostil, em interromper o fluxo de petróleo desde o Golfo Pérsico até aos Estados Unidos, será interpretado como um ataque aos interesses vitais norte-americanos, e repellido por quaisquer meios, incluindo o recurso à força militar, se necessário” (Luft e Korin, 2009: 147). A história revela, a este respeito, que Washington tem exercido a doutrina Carter diversas vezes. Michael Klare (2007) indica que desde os últimos anos do século XX, devido ao aumento da diversificação geográfica das fontes de abastecimento petrolífero dos Estados Unidos, a doutrina Carter internacionalizou-se, sendo a proteção militar concedida, atualmente, a novas - embora mais pequenas - regiões produtoras de petróleo. Por outro lado, é de realçar os esforços notáveis realizados quer pela Administração Clinton, quer, depois, pela do Presidente George W. Bush, bem como pela Administração Obama, no reforço de laços com os países emergentes produtores de petróleo na América Latina, na África Ocidental e na Ásia Central (Joskow, 2001; U.S. Department of State, 2004; Clinton, 2012).

Para se ter uma ideia do quão importante é a temática da segurança energética para Washington, importa considerar alguns factos. Se atentarmos, por exemplo, no setor dos transportes, verificamos, como sublinha a U.S. Energy Information Administration, que “os Estados Unidos são o maior consumidor de energia afeta aos transportes de entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico” (2012: para. 5). Ainda segundo a U.S. Energy Information Administration, em 2011 “os Estados Unidos importaram, aproximadamente, 11.4 milhões de barris de petróleo por dia, provenientes de cerca de 80 países” (2012: para. 5). Os cinco

principais abastecedores mundiais dos Estados Unidos em 2011, foram o “Canadá, o México, a Arábia Saudita, a Venezuela, e a Nigéria” (U.S. Energy Information Administration, 2012: para. 6).

De acordo com Allix *et al*, “estima-se que os Estados Unidos possuam mais 60% [2 trilhões de barris] do total mundial [3.2 trilhões de barris] de xisto betuminoso”, o que “poderá proporcionar entre 1,5 a 2,6 trilhões de barris, caso a tecnologia com vista à sua exploração prove ser viável do ponto de vista económico” (2010/2011: 7). Os Estados Unidos dispõem de 21 biliões de barris de petróleo convencional e de 187 trilhões de metros cúbicos de gás natural, nas terras controladas pelos Estados Federais, sobretudo na parte ocidental do país, bem como no Alasca (Allix *et al*, 2010/2011: 7).

Há que contribuir para desmistificar a perceção, algo generalizada, de que os Estados Unidos dependem, por excelência, do petróleo do Médio Oriente. Na prática, esta região (essencialmente, a Arábia Saudita) fornece aproximadamente 12.9% do petróleo importado pelos Estados Unidos, sendo que a América Latina fornece 19,6% (o México 7,5% e a Venezuela 5,9%), o Canadá 15,1%, África 10,3%, enquanto 38.8% do petróleo é produzido, a nível doméstico, pelos Estados Unidos, e 3,1% provém de outras partes do mundo (diferentes das já mencionadas) (Flintoff, 2012). O Canadá é, assim, como sublinha Corey Flintoff, “inquestionavelmente o maior país fornecedor de petróleo ao seu vizinho do sul, batendo um recorde de 2.2 milhões de barris, por dia em 2011, tendo a sua quota de mercado crescido 12%” (National Public Radio, 2012). De acordo com a U.S. Energy Information Administration, “o Canadá possuía 173.6 biliões de barris de reservas comprovadas de petróleo ao início de 2012” (2012: para. 5). É de realçar, ainda, que as areias betuminosas canadianas em Alberta - correspondendo a “aproximadamente 170 biliões de barris, ou 98% das reservas de petróleo do Canadá” - ocupam “o segundo lugar mundial em termos de reservas petrolíferas comprovadas” (Lam, 2010: 1).

Quanto ao México, a situação energética é oposta à do Canadá. Isto é, embora o México seja um dos 10 maiores produtores petrolíferos mundiais, o terceiro maior do Hemisfério Ocidental, e um importante parceiro no comércio energético norte-americano, a quantidade de petróleo produzida no México tem vindo a diminuir desde

2004 devido ao declínio da produção de Cantarell e de outras grandes jazidas *offshore* (US Energy Information Administration, 2012). É de realçar, ainda, que “o setor petrolífero mexicano padece de um excessivo controlo governamental, corrupção, má gestão e investimento insuficiente” (Luft e Korin, 2009: 148). No que respeita à Venezuela, aqui o principal constrangimento deve-se à tensão das relações entre Washington e Caracas. Como constata Jordan Fabian, “a morte do Presidente venezuelano Hugo Chávez eliminou um dos principais inimigos geopolíticos latino-americanos dos Estados Unidos, alimentando a esperança em Washington de que as evoluções daí decorrentes possam conduzir a melhores relações na região” (2013: para. 1). Todavia, “tal não será fácil” (Fabian, 2013: para. 1). Na verdade, segundo Fabian, “os Estados Unidos e a Venezuela têm compartilhado um relacionamento minado de rancor desde que Chávez fora eleito, pela primeira vez, em 1998” (2013: para. 2.). Chávez exasperou vários Presidentes norte-americanos, “ao estabelecer laços com Estados como Cuba e Irão, hostis a Washington”, e “ao ter fomentado um sentimento anti-Estados Unidos em outras nações no hemisfério ocidental” (Fabian, 2013: para. 2). Por outro lado, o regime de Chávez acusou várias vezes Washington de conspirar para derrubar o seu Governo, alimentando a desconfiança entre os dois países” (Fabian, 2013: para. 2). Embora a Venezuela seja “um dos quatro maiores fornecedores de petróleo aos Estados Unidos”, o falecido Presidente Hugo Chávez ameaçou, por diversas vezes, utilizar o petróleo como arma geopolítica, caso as relações entre os dois países continuassem a deteriorar-se, bem como desviar uma grande parte do petróleo que é exportado para os Estados Unidos para a China (AFP News Agency, 2007; U.S. Department of State, 2013). Face ao exposto, Mark Sullivan afirma que “o falecimento de Hugo Chávez, a 5 de março de 2013, depois de 14 anos de governação populista, tem repercussões não só para o futuro político da Venezuela, mas, potencialmente, para o futuro das relações entre Caracas e Washington”, face às quais o petróleo desempenha um papel considerável, já que “domina as importações norte-americanas provenientes da Venezuela” (Congressional Research Service, 2013: 1).

Face ao acima mencionado, e, até se confirmar, na prática, a previsão da Agência Internacional de Energia de que os Estados Unidos se poderão transformar nos

maiores produtores petrolíferos mundiais, no espaço de uma década, o país tem, entretanto, todo o interesse em diversificar as suas fontes energéticas (The Guardian, 2012). Segundo Gal Luft, “o ritmo frenético da procura global de petróleo poderá contribuir para que países exportadores de petróleo, como o México, a Rússia ou a Noruega, deixem de ser atores relevantes no mercado petrolífero mundial dentro de duas décadas” (2009: 150). Esta situação acabaria por conferir “mais margem de manobra aos Estados produtores de petróleo do Médio Oriente (já que continuariam a dispor de abundantes reservas de petróleo, a preços bastante acessíveis) para manipular o preço do crude e aumentar a sua influência na política externa norte-americana” (Luft, 2009: 150). Neste contexto, a Ásia Central é importante para a *Grande Estratégia* norte-americana, devido ao seu potencial energético (não-OPEP) (Martín, 2010). Por outro lado, como já referido, a luta contra o terrorismo, que se seguiu aos ataques do 11 de setembro, conferiu mais valor estratégico à região, quer no apoio às operações militares contra os talibãs no Afeganistão, quer no combate aos movimentos islâmicos rebeldes (Budzik, 2002). A estratégia de Washington, na região, procurava um “realinhamento na sua postura de defesa”, com o objetivo de ganhar controlo sobre o chamado “Arco de Instabilidade”, que se estendia “desde o Médio Oriente até ao norte da Ásia”, por meio de um “aumento da presença militar nestes teatros” (Berman, 2004: 2).

De acordo com Malikov Khagani, “em resultado da guerra no Afeganistão, os Estados Unidos puderam estabelecer laços militares com os países da região, ricos em recursos energéticos, e, pela primeira vez, penetraram fisicamente no espaço ex-soviético, passando assim a “envolver-se, de ora em diante, nos assuntos de segurança dos países regionais” (2007: 224). Por outro lado, como constata Khoderanok (2002), “as bases militares localizadas na região possibilitaram aos Estados Unidos estar perto de três potências competidoras, a saber, a China, a Rússia e o Irão”.

Na sequência do 11 de setembro e, concretamente, após Washington ter lançado a operação ‘Liberdade Duradoura’ no Afeganistão, em outubro de 2001, a estratégia norte-americana, na região, induziu e foi, simultaneamente, objeto de mudanças quer ao nível qualitativo, quer quantitativo (Fundação Alexandre de Gusmão, 2008: 38). Do ponto de vista qualitativo, registou-se uma mudança de foco - até então na aposta na

democratização e na defesa dos direitos humanos - para a questão da “cooperação securitária” e da “assistência” (Oliker e Shlapak, 2005: 8). Neste sentido, Washington privilegiou uma relação bilateral com cada República centro-asiática no âmbito da referida operação ‘Liberdade Duradoura’ (Oliker e Shlapak, 2005: 8). As Repúblicas centro-asiáticas mostraram-se, não obstante algumas reticências iniciais, recetivas face ao pedido de colaboração de Washington, ainda que a sua reação tenha sido cautelosa perante o olhar atento de Moscovo (Nichol, 2003). Os Estados Unidos puderam contar com “o apoio dos serviços secretos centro-asiáticos, dispondo de acesso ao seu espaço aéreo, e de autorização para aterragens de emergência” (Dittmer, 2007: 17). Além deste auxílio, de carácter mais geral, certos Estados regionais decidiram prestar um apoio mais específico no âmbito da estratégia norte-americana. Assim, “o Uzbequistão, por exemplo, possibilitou a utilização de uma antiga base aérea soviética, em Karshi Khanabad” (Dittmer, 2007: 17). Por sua vez, “o Quirguistão cedeu a base aérea de Manas”, enquanto “o Turquemenistão, ainda que assumindo tradicionalmente uma política de neutralidade, facilitou operações de reabastecimento aos norte-americanos” (Dittmer, 2007: 17). Já “o Tajiquistão permitiu que os Estados Unidos mantivessem uma presença militar de pequena escala em Dushanbe” (Dittmer, 2007: 17-18). Finalmente, “o Cazaquistão também concedeu direitos de sobrevoo e de transbordo às mercadorias destinadas ao Uzbequistão e ao Quirguistão” (Nichol, 2003: 22). Por outro lado, a 10 de julho de 2002, os Estados Unidos e o Cazaquistão assinaram um “Memorando de Entendimento” no que respeita à “utilização do aeroporto de Almaty para aterragens de emergência” (Nichol, 2003: 22).

De acordo com Johannes Linn, “o apoio norte-americano às normas democráticas e aos princípios de liberalização do mercado alicerça-se na convicção de que estas trarão benefícios económicos, a longo prazo, e estabilidade à região” (embora para Linn, “os regimes centro-asiáticos, e a China e a Rússia, tendam a perceber tal apoio mais como uma vontade de promover ideologias ocidentais”) (2007: 8). Ainda segundo Linn, tais interesses encontram-se refletidos na “estratégia meridional” norte-americana, a qual visa fornecer aos produtores de energia centro-asiáticos “acesso aos portos sul-asiáticos, bem como aos mercados energéticos” (Linn, 2007: 8).

Michael Snowden (2011), cônsul dos Estados Unidos em Almaty, explica que “Washington persegue diversos objetivos, em matéria de política externa, nos vários cantos do mundo”, sendo que “a Ásia Central não constitui uma exceção”. Snowden (2011) destaca a importância específica do Cazaquistão, enquanto “força motriz da economia regional”, realçando, em especial, “o crescimento económico notável que o país tem vindo a experimentar devido, nomeadamente, às suas riquezas energéticas”. Por outro lado, o cônsul norte-americano justifica “a coexistência de duas missões diplomáticas (uma Embaixada e um Consulado Geral dos Estados Unidos, o que constitui uma exceção na região) no Cazaquistão, pelo facto de este país desempenhar um papel multifacetado na Ásia Central” (Snowden, 2011).

Além dos domínios político e militar, a cooperação entre os Estados Unidos e o Cazaquistão (fundamentalmente por via da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – do inglês USAID) compreende, segundo David Hoffman (2011) (adido do consulado norte-americano em Almaty), três setores principais. São eles “a promoção do crescimento económico e da liberalização do comércio; os programas de saúde e de educação; e, por fim, as questões ligadas à democracia e à governação, propriamente ditas” (Hoffman, 2011). É neste âmbito, que são abordadas as temáticas dos direitos humanos, da reforma da administração pública, do apoio e monitorização dos procedimentos eleitorais (Hoffman, 2011). No passado, refere David Hoffman, se os Estados Unidos fizeram esforços consideráveis no sentido de apoiar “as iniciativas do Cazaquistão em termos de descentralização”, atualmente “o cerne das atividades da USAID consiste numa combinação de formação, com assistência técnica, equipamento...” (Hoffman, 2011). Acrescente-se ainda que no verão de 2009, os Estados Unidos criaram a Rede Norte de Distribuição, que corresponde a uma série de acordos e de operações logísticas, ligando o Báltico e os portos do Mar Cáspio ao Afeganistão, via Rússia e Repúblicas centro-asiáticas, algo que Kuchins e Gordon (2009) acreditam vir a “reforçar a parceria entre os Estados Unidos e a Ásia Central” (Lee, 2012; Aziz, 2012).

Para Stephen Blank (2011), “existem três razões principais que explicam o interesse de Washington pela Ásia Central”. Em primeiro lugar, “o combate ao

terrorismo, na sequência dos ataques do 11 de setembro” (Blank, 2011). Por outro lado, o facto de os Estados Unidos quererem “impedir a emergência de um qualquer ‘império’ eurasiático (seja ele chinês, russo, ou, eventualmente, iraniano) na região” (Blank, 2011). Por fim, a questão da energia. Aqui, o autor, enquanto norte-americano, admite sem subterfúgios: “Queremos ter livre acesso às fontes energéticas” (Blank, 2011). No entendimento de Stephen Blank, “o núcleo da política energética dos Estados Unidos tem estado focado na promoção do desenvolvimento de vários oleodutos e gasodutos, ligando consumidores externos e produtores de energia” (2008: 76).

Um especialista local (que solicitou o anonimato), refere que “os Estados Unidos não possuem uma política-padrão para a Ásia Central”, sendo que “lidam com cada país [centro-asiático] de forma desigual”, porque “estes também lidam *connosco* [norte-americanos] de modo diferente” (Especialista I, 2012).

Rússia, China e Estados Unidos: a balança do poder na Ásia Central

Segundo Peter Ferdinand, a Organização de Cooperação de Xangai (OCX) assume uma importância particular, na medida em que “resulta de uma iniciativa diplomática chinesa”, e é “a primeira organização do género a ser estabelecida pela China, na qual Pequim desempenha um papel primordial” (2007: 855). O Grupo de Xangai, criado em 1996, emergiu como resultado de uma nova ordem mundial, originada pelo colapso da União Soviética e pelo clima de incertezas que daí adveio (Hürriyet Daily News, 2012). Composto inicialmente pela “China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão”, o grupo foi alargado, no verão de 2001, ao Uzbequistão, tomando, então, a designação de “Organização de Cooperação de Xangai” (Clarke, 2010: 4). Assegurando que não era sua intenção desafiar os Estados Unidos, nem qualquer outro Estado, os membros esclareceram que a sua cooperação visava unicamente contribuir para a segurança da região (Lukin, 2004). A OCX deve, portanto, ser vista, não como um polo ‘anti’-ocidental, mas ao contrário, como um polo ‘não’-ocidental (Facon, 2006: 3). Trata-se, no fundo, de duas realidades completamente diferentes. No entanto, como constata Peter Ferdinand, “a colaboração diplomática dos membros da Organização é, em parte, uma

reação contra a expansão da NATO para leste e as ameaças, a longo prazo, que isso pode provocar” (2007: 855).

Segundo Gene Germanovich, “o entendimento ocidental acerca da OCX alicerça-se em três escolas de pensamento” (2008: 21). A primeira traça uma perspectiva pessimista a respeito do futuro da OCX e suas implicações para os interesses norte-americanos na Ásia Central. Um defensor proeminente desta linha de pensamento é Stephen Blank (do *U.S. Army War College*). Segundo o autor, a utilidade da OCX para a Rússia e China vai além dos exercícios militares, sendo que Moscovo e Pequim a projetaram, “desde a sua criação”, como “um fórum para unificar os Governos centro-asiáticos em torno de uma organização regional de segurança antiamericana” (Blank, 2007: 318). Embora, de acordo com Germanovich, esta escola não costume “mencionar as iniciativas”, em concreto, “que a Organização realiza (além de meras declarações) contra os interesses norte-americanos na região”, ela especula que “a Rússia e a China utilizam as cimeiras e outros espaços multilaterais de forma a pressionar os países mais pequenos a tomarem posições contra os Estados Unidos” (2008: 21-22). Julia Nanay, da consultora PFC Energy, acredita mesmo que a Rússia e a China poderão, eventualmente, vir a desenvolver um agrupamento militar eurasiático sob a égide da Organização de Cooperação de Xangai, como contrapeso à NATO (Nanay, 2007).

A segunda escola de pensamento argumenta que “a OCX não constitui ameaça alguma aos interesses dos Estados Unidos na Ásia Central...” (Germanovich, 2008: 22). Donald Rumsfeld, por sua vez, chegou a afirmar que o exercício de missão de paz realizado no âmbito da OCX em 2005, que envolveu 10 000 militares, não representou qualquer motivo de alarme: “Os países fazem isso... não vi nada de ameaçador [nesse exercício] ...” (China Daily, 2005: para. 4). Questionado sobre se os Estados Unidos deveriam reear uma aliança económica e militar no seio da Organização de Cooperação de Xangai, Stephen Blank (2011) argumenta que “[esta] não é uma organização antiamericana”. O autor admite que embora a OCX se oponha “às tentativas de os Estados Unidos incentivarem a um clima de reformas na Ásia Central”, ela “apoia a presença norte-americana no Afeganistão”, afetando, inclusive, “muito dinheiro para esse fim” (Blank, 2011). Também um outro especialista, que solicitou o

anonimato, acredita que a OCX não possui uma agenda particularmente antiamericana (Especialista III, 2012). Trata-se, segundo este, de “uma tentativa, por parte dos chineses, para ganharem influência na região” (Especialista III, 2012).

A terceira linha de pensamento sugere que “é preciso esperar mais, antes de os observadores interessados poderem especular em que é que a Organização de Cooperação de Xangai se irá tornar” (Germanovich, 2008: 22). Não sobressai nenhum dos principais defensores deste argumento. Por outro lado, segundo Evan A. Feigenbaum (2007), não existe, nos Estados Unidos uma perfeita noção sobre o que é ou o que faz a Organização de Cooperação de Xangai.

Para Armando Marques Guedes (2011), os interesses de Pequim e Moscovo no seio da OCX são de tal modo divergentes que, na opinião do autor, esta constitui um “casamento de conveniência” entre Rússia e China. De facto, por detrás desta união de objetivos oculta-se, segundo Heitor Romana (2010), uma espécie de “jogo do gato e do rato”. De acordo com este especialista, verifica-se, atualmente, “um debate profundo ao nível dos *think thanks* [russos] sobre que política energética é que a Rússia há-de seguir para com a China” (Romana, 2010). Neste quadro, “uns defendem que se deve privilegiar a aproximação à China” porque “é um parceiro estratégico (...) no que diz respeito às relações económicas” e “no que concerne, naturalmente, ao fornecimento energético de gás natural e petróleo” (Romana, 2010). Outros, por sua vez, consideram que tal “é perigoso” porque “cria uma dependência da produção russa em relação ao mercado chinês” (Romana, 2010). Por outro lado, H. Romana (2010) indica que “na China, há também a posição contrária”, isto é, “se os chineses escolherem a Rússia como parceiro privilegiado para o suprimento das [suas] necessidades energéticas, ficam nas mãos dos russos”. Na prática, para H. Romana (2010), “existe uma desconfiança mútua em relação aos propósitos de um e de outro”, sendo que o autor acredita ser “uma inevitabilidade que a Rússia se transforme num grande fornecedor de gás natural e petróleo à China, nos próximos tempos”. A OCX beneficia do reconhecimento internacional que os seus Estados-membros têm vindo a procurar (Shichor, 2008). Pequim e Moscovo “desconfiam um do outro”, embora ambos partilhem a “perceção de que os Estados Unidos constituem uma ameaça à estabilidade

regional e à independência” (Romana, 2010). Este é um aspeto inegável, na opinião de Heitor Romana (2010), o qual observa nas novas gerações russas, além de uma certa apatia ao comunismo, “um ponto em comum: a aversão aos Estados Unidos”⁴, já que estas acreditam que “os norte-americanos têm o ‘complexo missionário’ de querer transformar o mundo e ocupar a Rússia”.

De acordo com um especialista local que solicitou o anonimato, “a OCX é uma organização em desenvolvimento”, que “começou por ser uma entidade pequena e foi crescendo ao longo do tempo” (Especialista I, 2012). Importa sublinhar, no entanto que, para este especialista, “[ela] não é uma organização coordenada”, e que, em vez da cooperação mútua [no seu seio], “prevalece o interesse individual e o princípio generalizado de manter os norte-americanos fora da esfera de influência regional” (Especialista I, 2012). Neste sentido, não é descabido afirmar que, por meio da OCX, China e Rússia representam um desafio aos Estados Unidos, sendo que esta organização regional pode complicar a emergência daqueles na esfera centro-asiática.

Palavras finais

Procurou-se descrever os interesses dos Estados Unidos na Ásia Central como sendo impregnados de um certo realismo. Na verdade, quisemos explicar que o desejo de reforço das relações com as cinco Repúblicas centro-asiáticas gravita essencialmente em torno de uma busca de poder, cara ao realismo. Todavia, o poder é aqui entendido como um poder ‘energético’. Em síntese, os norte-americanos têm uma necessidade veemente de recursos energéticos. A procura realista do poder encontra, desta forma, a sua expressão máxima na vertente energética, o poder energético, através da tentativa de securitizar o abastecimento de petróleo e gás natural.

De entre os estudiosos que dedicaram uma atenção especial à importância geopolítica e geoestratégica do espaço eurasiático, merecem especial destaque Halford Mackinder, Nicholas Spykman e Zbigniew Brzezinski. Todos eles contribuíram para uma abordagem original a respeito dos princípios de estruturação regional do espaço

⁴O autor afirma ter constatado na juventude russa esse sentimento geral de aversão aos Estados Unidos, no quadro das aulas lecionadas na Universidade de Moscovo e das frequentes conversas com docentes e alunos russos.

geopolítico e geoeconómico do continente eurasiático. No início do século XX, o geógrafo britânico Sir Halford Mackinder havia sido o primeiro a destacar a importância da Ásia Central, apelidando a região de ‘Pivô geográfico da história’, ou ‘*Heartland*’. Na visão de Mackinder (1904), o mundo encontra-se dividido em áreas isoladas, cada uma destas com uma função especial. Para o autor, é o *Heartland* (onde as massas continentais da Eurásia estão concentradas) que serve de pivô a todas as transformações geopolíticas de dimensões históricas no seio da ‘Ilha Mundial’ (*World Island*). Mackinder (1904) sublinha que no contexto dos processos geopolíticos globais, o continente eurasiático se encontra no coração do mundo, com o *Heartland* a ocupar o centro do continente eurasiático.

Seria redutor afirmar que a Ásia Central é importante para os Estados Unidos apenas na medida em que controlando as fontes de recursos energéticos, Washington passaria a garantir o seu abastecimento energético a partir desta região do mundo. Na verdade, os interesses norte-americanos na arena centro-asiática visam, entre outros aspetos, como vimos, impedir a emergência de um qualquer ‘império’ eurasiático (seja ele chinês, russo, ou, eventualmente, iraniano) na região, já que esta é o tal *Heartland*, o coração do mundo. Neste sentido, o eventual controlo da região por uma única potência, a título de exemplo, pela Rússia ou pela China, seria suscetível de definir, num quadro mais ‘macro’, a posição global das potências no sistema internacional, com um eventual impacto negativo para a hegemonia exercida pela superpotência norte-americana. Do ponto de vista do realismo, tal conjuntura seria inaceitável para a política e posicionamento dos Estados Unidos no sistema internacional. Acrescente-se, por outro lado, que a par da segurança energética norte-americana, o teatro centro-asiático é fundamental para as operações da segurança dita militar, que envolvem o combate aos movimentos terroristas e a estabilização do vizinho Afeganistão. É certamente tentador para os Estados Unidos diversificarem as suas fontes energéticas, como explicámos, mas tão ou mais importante que isso é garantir, simultaneamente, que outras potências, como a China não terão acesso ao petróleo e gás centro-asiáticos. Por que é que tal é importante para os Estados Unidos do ponto de vista realista? Na medida em que a Ásia Central, pela sua proximidade, poderá garantir um aprovisionamento energético

relativamente rápido e seguro aos chineses, em caso de bloqueio do Estreito de Malaca (pela marinha norte-americana), por onde passa a esmagadora maioria das importações chinesas. Desta forma, não interessa a Washington que os chineses possam ter uma fonte alternativa de abastecimento energético, em caso de conflito com os Estados Unidos, pelo que se compreende, pois, a premência de impedir o acesso de potências rivais aos recursos energéticos centro-asiáticos.

Referências

Akbar, Z. (2012). Central Asia: The New Great Game. **The Washington Review of Turkish & Eurasian Affairs**, October, <http://www.thewashingtonreview.org/articles/central-asia-the-new-great-game.html>

Allix et al (2010). **Coaxing oil from Shale**, **Oilfield Review**, http://www.slb.com/~media/Files/resources/oilfield_review/ors10/win10/coaxing.pdf

Arkhipov, S. et al. (2010). **KAZAKHSTAN OIL & GAS SECTOR**, http://www.isc.hbs.edu/pdf/Student_Projects/Kazakhstan_Oil_and_Gas_2010.pdf

Azarch, L. (2009). Central Asia and the European Union: Prospects of an Energy Partnership. **The China and Eurasia Forum Quarterly**, vol. 7, n.º4

Aziz, M. (2012). Afghanistan: The Geopolitics of Regional Economic Integration - The Emergence of China as the New Facilitator, **CIDOB Policy Research Project**.

Bacevich, A. (2002). **American Empire: The Realities & Consequences of US Diplomacy** (Harvard University Press 2002)

BBC News Asia, October 17, 2012, <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-16094646>

Berman, I. (2004). The New Battleground: Central Asia and The Caucasus. **The Washington Quarterly**, Winter 2004-2005.

Blank, S. (1999). Every shark east of Suez: great power interests, policies and tactics in Transcaspian energy wars, **Central Asian Survey**, vol.18, n.º 2.

Blank, S. (2011). Entrevista através de contato telefónico. Estados Unidos da América.

Blank, S. (2007). U.S. Interest in Central Asia and Their Challenges, **Demokratizatsiya**, April.

BP, 2011. **Energy Outlook 2030**, 60 years Statistical Review.

BP Statistical Review of World Energy June 2012, bp.com/statisticalreview

Bromley, S. (2005). **The United States and the Control of World Oil**, Volume 40, Issue 2, pages 225–255.

Brzezinski, Z. (1997). **Le Grand Échiquier: L'Amérique et le reste du monde**. Paris: Bayard Éditions.

Brzezinski, Z. (1997). **The grand chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives**, Basic books, New York.

Brzezinski, Z. (1998). **The Grand Chessboard: American Primacy And Its Geostrategic Imperatives**. Basic Books, New York.

Budzik, A. (2002). The Central Asian Republics after September 11, 2001: **How should the U.S. alter its engagement strategy?**, Research Report Submitted to the Faculty In Partial Fulfillment of the Graduation Requirements, Maxwell Air Force Base, Alabama

Bush, G. January 31, 2006. “**State of the Union Address by the President.**” <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/stateoftheunion/2006/>>.

Buzan, B. (1991). **People, states and fear: an agenda for international security studies in the post-Cold War**, London: Hasvester Wheatsheaf.

Carter, J. (1979). **Crisis of Confidence Speech**, July 15, millercenter.virginia.edu/scripps/diglibrary/prezspeeches/carter/jec_1979_0715.html

Central Asia, **The DISAM Journal** (Winter 2006), pp.99-105.

“Chavez starts OPEC Summit with 200-dollar Oil Warning”, in **AFP News Agency**, November 17, 2007.

Chazan, G. (2008), Turkmenistan Gas Field is One of World’s Largest, **Wall Street Journal**, October 16, <http://online.wsj.com/article/SB122409510811337137html>

Chenoy, K. (2007). India’s Foreign Policy Shifts and the Calculus of Power. **Economic and Political Weekly**, September

Chevron, **Kazakhstan Fact Sheet**, April 2012

Chivers, C. (2007). Turkmenistan Hails Leader and New Era After Election, **New York TIMES**, <http://www.nytimes.com/2007/02/15/world/asia/15turkmenistan.html>.

Chow, E. et al. (2010) Pipeline Politics in Asia: The Intersection of Demand, Energy Markets, and Supply Routes, **The National Bureau of Asian Research**, Special Report, September.

Chow, E. (2011). Entrevista pessoal através de contato telefônico. Estados Unidos da América.

Clarke, 2010, http://www.businessweek.com/stories/2010-05-26/chinas-deepening-ties-with-central-asiabusinessweek-business-news-stock-market-and-financial-advice#disqus_thread

Clinton, H. (2012). Energy Diplomacy in the 21st Century, **U.S. Department of State**, October 18

Coburn, L. (2010). Central Asia: Pipelines Are the New Silk Road, **International Association for Energy Economics**.

Cutler, M. (2011). Kazakhstan's offshore Kashagan deposit set for first oil in 2012. Central Asia – **Caucasus Institute**, <http://old.cacianalyst.org/?q=node/5564>

Daly, J. (2008). **Analysis: Turkmenistan, Russia, and China, Energy Tech**, http://www.energydaily.com/reports/Analysis_Turkmenistan_Russia_and_China_999.html.

Davis, M. (2011). **How Central Asia Was Won: A Revival of “The Great Game”**, <http://www.law.unc.edu/components/handlers/document.ashx?category=24&subcategory=52&cid=980>

Denison, M. (2009) Turkmenistan's foreign policy: positive neutrality and the consolidation of the Turkmen regime, **Central Asian Survey**, 28: 4, 429-431

Dittmer L. (2007). Central Asia and the Regional Powers, **China and Eurasia Forum Quarterly**, 5, N.º4, 7-22

Downs, E. (2011). Inside China, Inc: China Development Bank's Cross-Border Energy Deals, John L. Thornton **China Center Monograph Series**, Number 3

Edwards, M. (2003), The New Great Game and the new great gamers: disciples of Kipling and Mackinder, **Central Asian Survey**, 22, n.º1.

Emerson, M. e Vinokurov, E. (2009). Optimisation of Central Asian and Eurasian Trans-Continental Land Transport Corridors, **EUCAM Working Paper**, N.º 7

Emerson M. et al. (2010). Into EurAsia - Monitoring the EU's Central Asia Strategy, **EU-Central Asia Monitoring**, n.º 13.

Energy Information Administration, **Country Analysis Briefs - Turkmenistan**, 2012, <http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=tx>

ENI, 2012, www.eni.com/en_IT/innovation-technology/eni-projects/kashagan/kashagan-project.shtml

Erickson, A., Collins, Gabriel, B. (2010). China's oil security pipe dream: the reality, and strategic consequences, of seaborne imports. **Naval War College Review** 63 (2), 88–111.

Eshchanov, B. (2006). How to meet the Future Energy Needs of Uzbekistan. **Master of Science Thesis**. Stockholm

Fabian, J. (2013). Hugo Chávez Death: Fixing the U.S.-Venezuela Relationship Won't Be Easy, **Fusion.net**, <http://fusion.net/leadership/story/hugo-chavez-death-fixing-us-venezuela-relationship-easy-12326>

Facon, I., (2006). **Les relations stratégiques Chine-Russie en 2005: la réactivation d'une amitié pragmatique**, Fondation pour la Recherche Stratégique

Feigenbaum, E. (2007). The Shanghai Cooperation Organization and the Future of Central Asia, **The Nixon Center**, Washington, DC, <http://2001-2009.state.gov/p/sca/rls/rm/2007/91858.htm>

Feld, 2002, **Kyrgyzstan**, <http://www.nigc.org/eia/kyrgyz.asp>

Ferdinand, P. (2007), Sunset, sunrise: China and Russia construct a new relationship, **International Affairs**, 83, 5.

Flintoff, National Public Radio, April 12, 2012, <http://www.npr.org/2012/04/11/150444802/where-does-america-get-oil-you-may-be-surprised>

Fouskas, V. and Gokay, B. (2005). **The New American Imperialism**, Praeger.

Freire, M. (2010). **Key Players and Regional Dynamics in Eurasia: The Return of the 'Great Game'**. Basingstoke: Palgrave MacMillan (with R.Kanet).

Fried, D. (2006). A Strategy for Central Asia, **The DISAM Journal**, 99-105.

Fuerth, L., Energy, Homeland, and National Security, in **Energy and Security: Toward a New Foreign Policy Strategy**, eds. Kalicki, J. and Goldwyn, D., Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press, 2005.

Germanovich, G. (2008), The Shanghai Cooperation Organization: A Threat to American Interests in Central Asia?, **China and Eurasia Forum Quarterly**, 6, n.º 1, 19-38

Giragosian, R. (2004). The US Military Engagement in Central Asia and the South Caucasus: An Overview, **Journal of Slavic Military Studies**, 17.

Giragosian, R. (2006). The Strategic Central Asian Arena, **China and Eurasia Forum Quarterly**, 4, n.º 1, 133-153.

Global Security, 2013, <http://www.globalsecurity.org/military/world/centralasia/tajik-energy.htm>

GIObserver, June 25, 2011, <http://gloobserver.cn/en/kazakhstan/natural-gas>

Grossman, S. (2012), **Newsfeed.time**, <http://newsfeed.time.com/2012/08/11/a-history-of-vice-presidential-picks-from-the-pages-of-time/slide/2000-dick-cheneey/>

Guedes, Armando M. (2011). Entrevista Pessoal. Lisboa

Hanova, **The Journal of Turkish Weekly**, August 14, 2012; <http://www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/IEDIndex3.cfm?tid=5&pid=57&aid=6>

Hoffman, D. (2011). Entrevista Pessoal. Almaty.

Hürriyet Daily News, 2012, <http://www.hurriyetdailynews.com/turkey-would-abandon-eu-for-shanghai-five.aspx?pageID=238&nid=26455>

Indyk, S., Symposium 1993, **The Washington Institute**, <http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/the-clinton-administrations-approach-to-the-middle-east>

Iseri, E, 2009, The US Grand Strategy and the Eurasian Heartland in the Twenty-First Century, **Geopolitics**, 14, n.º1.

Joskow, 2001. “**California’s Electricity Crisis.**” Working Paper 8442. Cambridge, Mass.: National Bureau of Economic Research.

Joskow, **Economic Perspectives**, U.S. Department of State, May 2004

Kellner, T. (2002), La Chine et la Nouvelle Asie Centrale, in **Rapport du GRIP** 2002/1, Bruxelles, www.grip.org/fr/siteweb/images/RAPPORTS/2002/2002-01.pdf.

Kennedy, P. (1991). **Grand Strategies in War and Peace**. Yale University Press.

Keohane, R. (2000). **Realism, Neorealism and the Study of World Politics**. Basic Books

Khagani, M. (2007). Geopolitics and Energy Security in the Caspian Region, http://dspace.lib.niigata-u.ac.jp:8080/dspace/bitstream/10191/6397/1/01_0051.pdf?origin=publication_detail

Khoderanok M. (2002). **Russia Surrounded with US Military Bases**, Center for Defense Information Website, January

Kissinger, H. (1994). **Diplomacy**. New York: Simon & Schuster

Klare, M., 2002, Global petro-politics: the foreign policy implications of the Bush administration's energy plan, **Current History**, March.

Klare, M. (2007). "**The Global Energy Race and Its Consequences (Part 1)**," TomDispatch.com (ZMag.com), January 14.

Klare, **Triple Crisis**, November 13, 2012, <http://triplecrisis.com/putin-expands-states-role-in-energy-policy/>

Koolae E. e Imani-Kalesar, M. (2010). India's Energy Security Strategy Towards the Caspian Sea Region, **China and Eurasia Forum Quarterly**, 8, n.º 1, 83-94

Korniyenko Y. e Sakatsume, T. (2009). **Chinese investment in the transition countries**, Working Paper n.º 107, European Bank for Reconstruction and Development

Lam, E. (2010). **Financial Post**, http://business.financialpost.com/2010/12/03/canada-oil-sands-trust-expected-to-slash-dividend-60/?__lsa=e95f-2035

Lee, J. (2012). **The Diplomat**, October 4, <http://thediplomat.com/china-power/the-tragedy-of-chinas-energy-policy/>

Linn, J. (2007). Central Asia – National Interests and Regional Prospects, **China and Eurasia Forum Quarterly**, 5, n.º 3.

Lough J., (2009), **Russia's Energy Diplomacy**, Chatham House, Briefing Paper

Luft, G. and Korin, A. (2009). **Energy Security Challenges for the 21st Century: A Reference Handbook**. Contemporary Military, Strategic, and Security Issues. Praeger Security International.

Lukin, A. (2004) “**Shanghai Cooperation Organization: problems and prospects**”, *International Affairs (Minneapolis)* 50(3), pp.31-40.

Luong, P. (2000), Kazakhstan: The Long-Term Costs of Short-Term Gains. In Ebel, R. and Menon, R., eds., **Energy and Conflict in Central Asia and the Caucasus**, USA: Rowan and Littlefield

Mackinder, H. (1904). The Geographical Pivot of History. **The Geographical Journal**, Vol. 23, No. 4

Mackinder, H. (2004). The geographical pivot of history. **The Geographical Journal**, Vol. 170, n.º4, December 2004, 298-321.

Maley, W. (1998). **The Perils of Pipelines**, *The World Today*, 54, n.º 8-9

Mellis, C. (2012). Entrevista pessoal. Dushanbe.

Mammadov, I. (2009). **Geopolitics of Energy in the Caspian Sea Region - Azerbaijan’s Challenges**, Master of Arts Thesis, Tufts University

Marketos, T. (2009), **China’s Energy Geopolitics: The Shanghai Cooperation Organization and Central Asia**, London: Routledge

Marten, K. (2007). **Russia Efforts to Control Kazakhstan’s Oil: the Kumkol Case**. *Post-Soviet Affairs*, 23, 18-37

Mashrab, F. (2012). **Asia Times**, August 9, http://www.atimes.com/atimes/Central_Asia/NH09Ag01.html

Morgenthau, H. (1978). **Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace**, New York Alfred A. Knopf, 5th edition.

Nanay, J. (2007). **Inside Track: SCO Gaining Importance**, *The National Interest* online, August 8 2007.

Nichol, J., 2003, **Central Asia’s New States: Political Developments and Implications for U.S. Interests**, Issue Brief for Congress

Nichol, J., 2003, **Central Asia's Security: Issues and Implications for U.S. Interests**, CRS Report for Congress

Nichol, J., (2012), **Kyrgyzstan: Recent Developments and U.S. Interests**, CRS Report for Congress

Nixon, R. (1973). **Address to the Nation About National Energy Policy**, November 25, www.nixonfoundation.org/clientuploads/directory/archive/1973_pdf_files/1973_0339.pdf

"Oil Consumption in North America", November 13, 2000, <http://maps.unomaha.edu/peterson/funda/sidebar/oilconsumption.html>

Oliker, O. e Shlapak, D. (2005). **U.S. Interests in Central Asia: Policy Priorities & Military Roles**, Santa Monica: RAND Corp

Pannier, B. (2008). Independent Audit Shows Turkmen Gasfield 'World Class', **Eurasianet Business & Economics**, October 19, <<http://www.eurasianet.org/departments/insight/articles/pp101908.shtml>>

Pantucci, R. e Petersen A. (2012). Beijing Lays the Groundwork in Tajikistan: A View from the Ground, **China Brief** Volume: 12 Issue, 11, May 25

Reuteurs, October 4, 2011, <http://in.reuters.com/article/2011/10/04/oil-kazakhstan-idINL5E7L405520111004>

Romana, H. (2010). Entrevista Pessoal. Lisboa.

Rousseau, **Foreign Policy in Focus**, 2011, http://www.fpif.org/articles/pipeline_politics_in_central_asia

Rudnitsky, J. (2013). Bloomberg, January, <http://www.bloomberg.com/news/2013-01-24/caspian-oil-pipeline-expansion-to-finish-in-2015-transneft-says.html>

Rumsfeld: China-Russia drill no threat, **China Daily** 2005, http://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2005-08/25/content_472093.htm

Ruoxi Du (2011). Central Asian Energy: A Point of Contention or Collaboration in Russia-China Relations. **CREES-FMSO**

Santos, V. (2007). **Introdução à Teoria das Relações Internacionais**. Referências de Enquadramento Teórico-Analítico, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, 162-176.

Shah, L. (2009). U.S. Dependency on Foreign Oil: A Predictive Study on Possible National and International Solutions. **INTL** 504, <http://lamp-method.org/eCommons/ShahL.pdf>

Shichor, Y. (2006). China's Central Asian Strategy and the Xinjiang Connection: Predicaments and Medicaments in a Contemporary Perspective, **China and Eurasia Forum Quarterly**, 6, n.º 2, 55-73

Shishkin, P. (2012). **Central Asia's Crisis of Governance**. Asia Society.

Shuja, S.,(2006). China's energy needs and Central Asia, in **National Observer**, n.º 67, Summer

Siitonen, L. (1990). **Political Theories of Development Cooperation** – A Study of Theories of International Cooperation. World Institute for Development Economics Research of the United Nations University

Smith (2012). 'On the portents of peak oil (and other indicators of resource scarcity)', *Energy Policy*, Vol. 44

Snowden, M. (2011). Entrevista pessoal. Almaty.

Socor, V. (2012). **The JamesTown Foundation**, July 19, www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews%5Btt_news%5D=39649

Special Report: Caspian Region, **Global Business Reports**, http://www.gbreports.com/admin/reports/Caspian_O&G2012.pdf

Statoil, 2013, <http://stratoil.wikispaces.com/Kazakhstan>

Sullivan, M. (2013). Venezuela: Issues for Congress. **Congressional Research Service TengriNews**, April 17, 2012, http://en.tengrinews.kz/industry_infrastructure/Kazakhstan-government-updated-strategic-fields-list-9239/

Tethys Petroleum, 2008, <http://m.tethyspetroleum.com/tethys/mobile/mediacontent.action?articleId=1553703&p=2&yearStr=2008>

The Astana Times, January 11, 2011, <http://www.astanatimes.kz/index.php?uin=1290951468&pg=1357892465>

The Encyclopedia of Earth (2008). **Energy Profile of Central Asia** (Sept. 4), http://www.eoearth.org/article/Energy_profile_of_Central_Asia#Turkmenistan.27s_Oil_Sector.

The Guardian, March 18, 2012, www.guardian.co.uk/world/2012/mar/18/china-challenges-next-generation

The Guardian, December 14, 2012, <http://www.guardian.co.uk/world/2012/dec/14/china-worlds-biggest-new-car-market>

Timeline of Competition between Unocal and Bidas for the Afghanistan Pipeline, **worldpress.org** (Nov. 4, 2010), http://www.worldpress.org/specials/pp/pipeline_timeline.htm

Trilling, April 12, 2012, **EurAsiaNet**, <http://www.eurasianet.org/node/65257>

The World Factbook, CIA, July 2013, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2119.html>

U.S. Commercial Service: 2010 Country Commercial Guide for U.S. Companies.

U.S. Department of Energy. 2006. **Energy Policy Act 2005 section 1837**: National Security of International Energy Requirements

U.S. Department of State, January 17, 2013, <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/35766.htm>

U.S. Energy Information Administration, September 4, 2012, <http://www.eia.gov/countries/analysisbriefs/Kazakhstan/kazakhstan.pdf>

U.S. Energy Information Administration, December 10, 2012, <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=CA>

U.S. Energy Information Administration, February 1, 2013, <http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=tu>

Vasquez, J. (1983). **The Power of Power Politics: A critique**. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.

Weiss, A. et al (2012), **Promoting International Energy Security**, Vol. 2: Turkey and the Caspian, Santa Monica, Calif.: RAND Corporation, TR-1144/2-AF.

Worley, W. (2006). **Building ties that bind? The role of Central Asia in Chinese oil security**, Paper presented at the annual meeting of the International Studies Association,

Town & Country Resort and Convention Center, San Diego, California, USA, March 22.

Xinhua, May 12, 2012, <http://english.cri.cn/6826/2012/05/12/191s699106.htm>

Yang, Chi-Lin. (2008). A Critique of American policies toward Central Asia. **Chang Gung Journal of Humanities and Social Sciences**, 1(2).

Yergin, D. (2006). Ensuring Energy Security, **Foreign Affairs**, 85, n.º 2, March/April

Resumo

O objetivo do presente artigo consiste em contribuir para o aumento do conhecimento acerca de uma região do mundo remota, mas de extrema importância no contexto geopolítico e económico da atualidade: a Ásia Central. O argumento central é o de que as potências externas (os Estados Unidos) demonstram um interesse de carácter fundamentalmente económico (a busca de recursos energéticos) na região, perseguindo políticas de natureza predominantemente realista face a esta.

Palavras-Chave

Ásia Central; Estados Unidos; recursos energéticos.

Abstract

The aim of this paper is to contribute to increase knowledge about a remote region of the world, but of utmost importance in the geopolitical and economic context of today: Central Asia. The central argument is that the great powers (the United States) demonstrate a predominantly economic interest (the search for energy resources) towards the region, pursuing fundamentally realistic-driven policies with regard to it.

Keywords

Central Asia; United States; energy resources

Artigo recebido dia 23 de dezembro de 2013.

Aprovado em 10 de abril de 2014.